

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 25/11/2014 - Edição 1170

Luta contra caloteiros é dos vigilantes e de todos os terceirizados

12ª Conferência Nacional dos Vigilantes debateu o tema e reafirmou compromisso em aprovar Projetos de Lei que acabem com o calote



Deputado Distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, defende aprovação de medidas anticalote em todo o país

É urgente a necessidade de aprovar medidas anticalote. A avaliação é do Deputado Distrital e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Chico Vigilante (PT-DF), da Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF) e do Deputado Federal Nelson Pelegrino (PT-BA). Ambos debateram o tema na 12ª Conferência Nacional dos Vigilantes. O evento ocorreu na quinta e sexta-feira (20 e 21), em Brasília, e reuniu

vigilantes e lideranças sindicais de todo o país.

Mais uma vez, vigilantes foram convocados a buscar apoio de vereadores, deputados e senadores eleitos em sua região para a apresentação de um Projeto de Lei (PL) que garanta aos trabalhadores terceirizados o recebimento das verbas rescisórias caso a empresa feche as portas. Direitos como parcelas relativas à 13º salário, férias

com 1/3, multa do FGTS (40%) e encargos sobre férias e 13º seriam depositados em conta bloqueada, garantindo que tudo seja devidamente quitado ao fim do contrato.

Leis neste sentido já estão em vigor no Distrito Federal (DF) e na Bahia. Além disso, há a Instrução Normativa (IN) nº 3, de junho de 2014, que altera a IN nº 2, de 2008, estipulando que, já no edital, deverá constar a documentação de



Para Erika Kokay, trabalhadores devem unir esforços para lutar contra o PL 4330/2004

autorização para criação da conta bloqueada para depósito das verbas. A IN é válida para todos os terceirizados que prestam serviços a órgãos do governo federal.

Para aqueles que prestam serviço a órgãos do judiciário há a Resolução nº 183, de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento altera a publicação de janeiro do mesmo ano (nº169) e determina que “as rubricas de encargos trabalhistas (...) sejam deduzidas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, e depositadas exclusivamente em banco público oficial”.

“Temos desafiado os vigilantes e sindicatos a levar o texto do PL, apresentado por mim na Câmara Legislativa do DF, aos seus Estados e Municípios. Este é um passo importante na luta pela garantia dos direitos dos trabalhadores”, avaliou Chico.

Para a deputada Federal Erika Kokay, problemas com o calote estão diretamente relacionados à terceirização desregulada. Segundo ela, o Projeto de Lei (PL) 4330/2004, de autoria do deputado Federal Sandro Mabel (PMDB-GO), promete piorar ainda mais a realidade vivida atualmente pelos terceirizados. “É

um golpe muito grande contra os trabalhadores”, avaliou.

A nova formação do Congresso Nacional é um dos fatores que devem ser levados em consideração na luta contra o calote. “Tínhamos 84 deputados sindicalistas. Hoje são pouco mais de 40, contra mais de 200 ruralistas. Mais da metade da Câmara dos Deputados é de empresários. Os trabalhadores precisam se unir para garantir os direitos já conquistados e avançar ainda mais em suas pautas”, alertou.

Entre os PLs apensados ao 4330/2004 está o PL 6975/2006, de autoria do Deputado Federal Nelson Pelegrino. O texto, segundo o deputado, obriga as empresas prestadoras de serviços a manter conta bancária vinculada a cada contrato de prestação de serviços, com o fim específico de formar provisão para o pagamento de obrigações trabalhistas relativas a seus empregados.

“Estamos precisando de parlamentares que enfrentem os patrões, que militem e assumam o compromisso com a classe trabalhadora, para acabar de uma vez por todas com o calote. Não estamos pedindo favor nenhum! Queremos os direitos dos trabalhadores garantidos”, conclui Chico

Fonte: CNTV



Deputado Federal Nelson Pelegrino reafirmou compromisso com a categoria e defendeu alterações no PL 4330/04

Em reunião com ministro do trabalho, sindicalistas defendem medidas anticalote



CNTV entrega carta com pauta dos vigilantes. Piso Nacional de R\$ 3 mil, Lei Anticalote e Aposentadoria Especial constam no documento.

Trabalhadores terceirizados convivem diariamente com o medo de que o empregador feche as portas e não pague as obrigações trabalhistas. Para acabar com esta realidade a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) vem lutando para aprovar medidas anticalote em todo o país. Na terça-feira (18), em reunião com o ministro do Trabalho, Manoel Dias, diretores da CNTV pediram que o governo apresente uma proposta de Projeto de Lei (PL) no Congresso Nacional para estender a todos os trabalhadores terceirizados a proteção das verbas trabalhistas.

A CNTV defendeu junto ao ministro a necessidade de um Projeto de Lei (PL) oriundo do executivo e que seja válido para qualquer situação de terceirização. A intenção é garantir que as parcelas relativas à 13º salário, férias com 1/3, multa do FGTS (40%) e encargos sobre férias e 13º estejam protegidas em conta bloqueada, disponível para acesso no ato da demissão do trabalhador a fim de quitar os débitos trabalhistas.

“Hoje, somente estão previstas

ações no âmbito do judiciário federal, na Bahia e no DF. A realidade atual dos outros locais é traduzida em milhares de trabalhadores lesados”, explicou o presidente da CNTV, José Boaventura. “É fundamental que o MTE tome alguma iniciativa com vistas a resolver o problema”, completou.

Em ato realizado pela CNTV na sexta-feira (21), como parte da programação da 12ª Conferência Nacional dos Vigilantes, cerca de 70% dos participantes alegaram já terem sido vítimas de empresas caloteiras. “Há um histórico de trabalhadores lesados e o número segue aumentando. É preciso que o governo tome providências para parar este abuso”, defendeu Boaventura.

Segundo Dias, o problema já é de conhecimento do MTE tanto como mediador e gestor de políticas de proteção aos direitos do trabalhador quanto por ter contratado empresas para prestar serviço no Ministério e que, depois, vieram a fechar as portas. Ele afirmou ainda que auxiliará no que for possível para atender à demanda

dos trabalhadores.

Participaram do encontro, além do ministro e seus assessores, o presidente da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes da Bahia, José Boaventura; o secretário Geral da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, Cláudio José; o secretário de Finanças da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Jervalino Bispo; o secretário de Assuntos Jurídicos da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira; o secretário de Relações Internacionais da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis, Adriano Linhares; o diretor da CNTV e deputado distrital, Chico Vigilante.

PL Anticalote é um dos caminhos para solução do problema

Hoje, trabalhadores terceirizados da Bahia e do Distrito Federal já têm seus direitos garantidos. De iniciativa do deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, a Lei anticalote, válida já na Bahia e no Distrito Federal, tem beneficiado aproximadamente 90 mil trabalhadores nos dois Estados. Apresentado no DF pelo próprio Chico, e na Bahia pela deputada Maria del Carmen, o projeto também faz parte das ações da CNTV para garantir que os vigilantes e trabalhadores terceirizados recebam seus direitos em caso de quebra da empresa em que trabalham.

Pelo texto, os trabalhadores terceirizados que prestam serviço para o Estado têm seus direitos garantidos, pois prevê, já no edital licitatório e nos contratos de prestação de serviço continuados, a exigência de cláusulas relativas à retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas, como 13º salário, férias, abono de férias, impacto sobre férias e 13º e multa de FGTS.

Proteção anticalote – uma conquista no governo federal e judiciário

Neste mesmo sentido o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou em junho, no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa (IN) nº 3, alterando a IN nº 2 de 2008. Com a alteração o governo diz que os “editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para criação da conta - depósito vinculada – bloqueada para movimentação...”. Isto significa que, na contratação de qualquer prestação de serviço pelo governo federal que envolva mão de obra das empresas contratadas, as parcelas relativas à 13º salário, férias com 1/3, multa do FGTS (40%) e encargos sobre férias e 13º serão depositadas numa conta bloqueada e só será movimentada com autorização do contratante.

A IN diz ainda que no final do contrato o saldo será liberado para a empresa, na presença do Sindicato da categoria correspondente, após



CNTV participa de ato de assinatura da Instrução Normativa contra o calote

comprovada a quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários. A Instrução publicada em junho passado complementa a de 2008, que foi fruto da liderança da CNTV, com intensa mobilização da categoria, com marcha e negociação com o então ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Para aqueles que prestam serviço a órgãos do judiciário há a Resolução nº 183, de outubro de 2013, do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ). O documento altera a publicação de janeiro do mesmo ano (nº 169) e determina que “as rubricas de encargos trabalhistas (...) sejam deduzidas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços, com previsão de mão de obra residente nas dependências de órgão jurisdicionado ao CNJ, e depositadas exclusivamente em banco público oficial”. Fonte: CNTV

CNTV participa de curso de formação em Cajamar (SP)



Secretárias de Mulheres de entidades sindicais de todo o país debateram principais desafios, durante curso de formação realizado em Cajamar

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), representada pela secretária de Assuntos das Mulheres, Elenilde Ilorca Lopes, participou do curso de formação, realizado no município de Cajamar (SP) entre os dias 18 e 21 de novembro. O

terceiro módulo, ministrado na última semana, foi sobre o fortalecimento político para as mulheres, igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica. O evento é promovido pela Secretaria de Mulheres da Presidência da República.

As experiências trocadas neste curso agregam à CNTV mais exemplos da luta das mulheres no sindicalismo brasileiro. O curso contou ainda com a participação da socióloga Helena Hirata, especialista em sociologia do trabalho e do gênero, e diretora de pesquisa emérita do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) da França.

“É muito gratificante poder participar deste curso ao lado de mulheres tão fortes, de todos os estados do país. Elas contribuem para a transformação da sociedade em que vivem por meio da formação e solidariedade”, declara a diretora Elenilde.

O curso de formação possui, no total, seis módulos. A próxima etapa do curso está marcada para os dias de 8 a 11 de abril de 2015 e terá como tema as relações de trabalho e as negociações coletivas. Fonte: CNTV

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF